

PREFÁCIO*

A educação é o mais grave dilema social brasileiro. A sua falta prejudica da mesma forma que a fome e a miséria, ou até mais, pois priva os famintos e miseráveis dos meios que os possibilitem a tomar consciência da sua condição, dos meios de aprender resistir a essa situação (Florestan Fernandes).

O texto da epígrafe explicita a natureza científica e o sentido político da coletânea – *Serviço Social e Educação* - organizada por Larissa Dahmer Pereira e Ney Teixeira de Almeida. De imediato, um dos aspectos que chama atenção na leitura dos originais é de que os autores do conjunto dos textos pertencem a uma geração cuja formação deu-se num contexto histórico em que o Serviço Social rompia com a perspectiva assistencial e individual para uma visão histórico social.

O ponto fundamental desta ruptura centra-se na questão social como o foco da formação, sendo ela entendida como a problemática das classes sociais e as relações de classe. Sem se desvincular da ação prática, pois esta é que de fato muda a realidade, o foco da formação para orientar esta prática vinculou-se, em vários cursos e de forma crescente, às Ciências Sociais e dentro de uma perspectiva histórico-crítica à luz do materialismo histórico. Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Francisco de Oliveira, Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Neto, Marilda Iamamoto, entre outros, tornaram-se referências nos currículos da Graduação e, especialmente, na Pós-Graduação. Eles formaram as primeiras gerações de novos mestres e doutores, introduzindo a leitura sistemática de autores clássicos, particularmente de Karl Marx, Friedrich Engels, Lenin (Vladimir Ilyich Ulianov), György Lukács e Antonio Gramsci.

Tomo aqui dois exemplos de minha vivência para elucidar como era concebido, em particular pelo campo empresarial, o papel do profissional do Serviço Social. Na elaboração de minha dissertação de Mestrado sobre a pedagogia do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em meados da década de 1970, chamou-me atenção que no processo seletivo dos aprendizes um dos critérios de escolha se definia pela expressão de não ter “seis dedos na mão”. Isto para significar que os candidatos não poderiam ter aspirações que fossem divergentes da formação desejada, essa definida como a que “serve aos industriais”. Nesta escolha, o assistente social do SENAI tinha um papel central, juntamente com o pedagogo. Outro exemplo é a pesquisa doutoral de Acácia Kuenzer feita no início da década de 1990 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), da qual resultou o livro – *A pedagogia da Fábrica. As relações de produção e a educação do trabalhador (1986)*. Nesta obra, a autora mostra que a função do Serviço Social na empresa pesquisada era de apaziguar os conflitos.

É justamente no fim da década de 1970 e início da década de 1980, ainda nas sombras da ditadura empresarial militar de 1964 e num momento muito especial da PUC/SP, que as Pós-Graduações nas áreas de Serviço Social e Educação (História, Sociedade e Educação) claramente efetivam a ruptura com esta concepção. Esta tendência, sobretudo a partir da década de 1990, afirma-se nos cursos, para citar aqueles que melhor conheço, do Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense e da PUC-SP e o mesmo aconteceu, talvez em menor intensidade, na área da Educação.

*DOI-10.29388/978-65-86678-38-3-0-f.11-14

As Pós-Graduações destas instituições, entre outras, formaram gerações de mestres e doutores intelectuais militantes, como gostava de se auto denominar Florestan Fernandes. Longe, todavia, de minimizar a dimensão científica sob as bases do materialismo histórico, pois esta, para ele, se constituía na condição necessária para uma ação política coerente vinculada à luta da classe trabalhadora e dos excluídos para sua emancipação. Num texto clássico sobre a sociologia, destaca:

O que devemos fazer não é lutar pelo Povo. As nossas tarefas são de outro calibre: devemos colocar-nos a serviço do Povo brasileiro para que ele adquira, com maior rapidez e profundidade possíveis, a consciência de si próprio e possa desencadear, por sua conta, a revolução nacional que instaure no Brasil uma nova ordem social democrática e um Estado fundado na dominação efetiva da maioria (FERNANDES, 1980, p. 246)

Não por acaso, como indica a epígrafe, ele considera que a “educação é o mais grave dilema social brasileiro”. Esta conclusão a tira a partir das análises que efetiva sobre a especificidade do processo histórico conduzido pela classe burguesa brasileira e seu projeto de capitalismo dependente. Projeto que combina concentração de riqueza ampliando a miséria. Ao longo da pandemia da Covid-19 explicita-se a brutalidade deste projeto. Ao mesmo tempo em que os dados oficiais davam conta que cinquenta milhões de brasileiros estão no nível de pobreza, sendo vinte milhões em pobreza absoluta com risco de vida, surgiram no Brasil mais 33 bilionários completando a cifra de 238. Neste projeto de modernização conservadora, onde o atraso é condição do “moderno”, e o Estado governa para os ricos, a Ciência e a Educação não só não são prioridades, como são sistematicamente desprezadas.

As reiteradas lutas para romper com este projeto, mesmo por mudanças dentro da ordem, mas contra o seu caráter espúrio, foram e são interrompidas por ditaduras e ou golpes de Estado. O último efetivado em agosto de 2016, cujo preço para os direitos da classe trabalhadora, sobretudo para as gerações jovens, está inscrito na Emenda Constitucional 95, que congela por vinte anos o investimento no setor público, único espaço que pode garantir direitos universais. Esta medida desumana e, como tal criminosa, completa-se pelas contrarreformas trabalhista e do Ensino Médio, ainda no governo golpista de Michel Temer

Mas o resultado do golpe teve um legado muito mais perverso. A eleição de um bloco de forças sociais de extrema direita que se guia pelos fundamentalismos político, que se orienta pelo princípio de que adversário não é para divergir e debater, mas é para eliminar; econômico, que reduz a sociedade ao império do mercado sem regulação; e o religioso que subordina a Ciência à crença. A contrarreforma da Previdência, as bases da contrarreforma administrativa anunciada e a agenda dos costumes, na qual se destaca a liberação de armas e munição aos cidadãos e o controle da liberdade de ensinar e educar, mediante a proposta de um Projeto de lei sobre “Escola sem Partido”, indicam claramente que se trata de um projeto societário de natureza fascista.

Antes da trágica eleição de Bolsonaro, ao escrever sobre o desafio educacional no contexto da elaboração e aprovação da Constituição de 1988, Florestan definia a natureza da educação e o seu sujeito principal como capazes de instaurar um processo de construção de uma nova ordem social democrática e um Estado fundado na dominação efetiva da maioria.

A pedagogia volta a ser a chave para a decifração do nosso enigma histórico. O que a Constituição negou, o povo realizará. Mas ele não poderá fazê-lo sem uma consciência crítica e negadora do passado, combinada a uma consciência crítica e afirmadora do futuro. E essa consciência, nascida do trabalho produtivo e da luta política dos trabalhadores e dos excluídos, não depende da educação que obedeça apenas à fórmula abstrata da “educação para um mundo em mudança”, mas sim da educação como meio de autoemancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores (FERNANDES, 2020, p. 29).

A breve contextualização centrada em Florestan Fernandes busca, ao mesmo tempo, indicar a natureza da ruptura no processo de formação no Serviço Social e a consequente ampliação de intelectuais militantes vinculados às lutas da classe trabalhadora e dos excluídos. E a coletânea *Serviço Social e Educação* é uma expressão singular desta ruptura e do vínculo militante dos seus autores. Uma coletânea que coloca na agenda do trabalho dos profissionais do Serviço Social aquilo que é a condição necessária, ainda que não suficiente, para decifrar o enigma histórico de uma das sociedades mais desigualitárias e desumanizadora do mundo. Nesta junção do Serviço Social com a Educação situa-se outro traço de originalidade da coletânea, pois como indicam na apresentação a organizadora e organizador há pouca produção que explicita esta relação.

Ressalto que a estrutura da coletânea em suas três partes, a política educacional, a formação profissional e o exercício profissional explicitam o elo indissociável entre a leitura científica da realidade e a atuação militante. Na terceira parte analisa-se a atuação dos profissionais do Serviço Social, no ensino superior, na educação básica e infantil, na educação profissional e “Os caminhos da Educação Popular e o encontro com o Serviço Social”. Por certo, nesta junção afirma-se que a Educação que se efetiva na escola não esgota os espaços educativos, mas que a escola será potente e revolucionária quando tem vínculo orgânico com as necessidades e lutas da classe trabalhadora.

A coletânea expressa um trabalho coletivo de um grupo atuante na batalha das ideias e na ação militante concreta. E ela vem a público num momento ultrarregressivo na sociedade e na Educação. O seu conteúdo, todavia, indica que a superação só virá por esta junção da crítica potente e da luta militante. Uma coletânea, portanto, que é de amplo interesse não só para os profissionais que atuam no campo da Educação e do Serviço Social, mas também para lideranças sindicais, de movimentos sociais e movimentos populares.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2020.
Gaudêncio Frigotto

REFERÊNCIAS

FERNANDES, F. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **O desafio educacional**. São Paulo: Editora Expressão popular, 2020.